

Bruna Weiss Filomeno

**COLABORAÇÃO PREMIADA
NO CRIME ORGANIZADO:
UMA ANÁLISE DE SUA (IN)CONSTITUCIONALIDADE**



HABITUS

**Florianópolis
2017**



Copyright© 2017 by Bruna Weiss Filomeno

Produção Editorial: Habitus Editora

Editor Responsável: Israel Vilela

Capa e Diagramação: Carla Botto de Barros

As ideias e opiniões expressas nos artigos são de exclusiva responsabilidade do Autor, não refletindo, necessariamente, a opinião desta Editora.

CONSELHO EDITORIAL:

Alceu de Oliveira Pinto Junior / UNIVALI	Antonio Carlos Brasil Pinto / UFSC
Cláudio Macedo de Souza / UFSC	Dirajaia Esse Pruner / UNIVALI - AMATRA XII
Edmundo José de Bastos Júnior/ UFSC- ESMESC	Fernando Luz da Gama Lobo D'Eça / IES - FASC
Flaviano Vetter Tauscheck / CESUSC-ESA-OAB/SC	Francisco Bissoli Filho / UFSC
Jorge Luis Villada / UCASAL - (Argentina)	Juan Carlos Vezzulla / IMAP (Portugal)
Juliano Keller do Valle / UNIVALI	Lauro Ballock / UNISUL
Marcelo Bauer Pertille / UNIVALI	Marcelo Gomes Silva / UFSC
Nazareno Marcineiro /UFSC - Academia da PMSC	

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

F488c

Filomeno, Bruna Weiss, 1992

Colaboração premiada no crime organizado: uma análise sobre sua (in) constitucionalidade / Bruna Weiss Filomeno

1ª ed. – Florianópolis: Habitus, 2017.

164 p.; 14 x 21 cm

ISBN 978-85-88283-38-1

1. Direito Constitucional 2. Processo Penal 3. Direito Penal 4. Crime Organizado
5. Colaboração Premiada - Brasil I. Título

CDU 342

345

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).



Todos os direitos desta edição reservados à Habitus Editora
www.habituseditora.com.br - habituseditora@gmail.com

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

1097612

PREFÁCIO.	15
INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO 1	
O FENÔMENO DO CRIME ORGANIZADO	29
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.	29
1.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO FENÔMENO DO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL E NO MUNDO	29
1.2.1 Aspectos gerais do estudo histórico do crime orga- nizado.	29
1.2.2 O crime organizado na Itália.	31
1.2.3 O crime organizado nos Estados Unidos.	35
1.2.4 O crime organizado no Brasil	36
1.2.5 O crime organizado nos demais países	39
1.3 A LEGISLAÇÃO RELATIVA AO CRIME ORGANIZADO	40
1.3.1 Convenção de Palermo (Decreto n. 5.015, de 12 de março de 2004).	41
1.3.2 Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006)	42
1.3.3 Da legislação no âmbito do direito interno brasileiro	44
1.4 OS INSTITUTOS ESPECÍFICOS DE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO DA LEI N. 12.850/2013	50
1.4.1 Ação controlada	51
1.4.2 Agente Infiltrado	53
1.4.3 Do acesso a registros, dados cadastrais, documen- tos e informações.	55
CAPÍTULO 2	
A COLABORAÇÃO PREMIADA COMO UM DOS INSTITUTOS DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO	59
2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.	59
2.2 O INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA	59
2.2.1 Conceito do instituto da colaboração premiada	59
2.2.2 Um breve estudo de direito comparado	64

2.2.2.1	O arrependimento processual do Direito espanhol.	64
2.2.2.2	O “pentitismo” do Direito italiano	66
2.2.2.3	O “plea bargaining” do Direito estadunidense	68
2.2.3	Evolução legislativa da delação premiada no ordenamento brasileiro	73
2.2.4	Síntese das inovações trazidas com a Lei n. 12.850/2013	84
2.3	O USO E A EFICÁCIA DO INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA NO BRASIL	88
2.3.1	Os usos do instituto da colaboração premiada no Brasil.	88
2.3.1.1	O caso Dorothy Stang	88
2.3.1.3	O caso do Mensalão	90
2.3.1.4	O caso da operação Lava Jato.	92
2.3.1.5	A colaboração premiada nos tribunais brasileiros.	94
2.3.2	A eficácia do instituto da colaboração premiada no Brasil.	98

CAPÍTULO 3

QUESTIONAMENTOS ACERCA DA (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA COLABORAÇÃO PREMIADA EM FACE DO CRIME ORGANIZADO E SUGESTÕES DE AJUSTES

3.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.	101
3.2	ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À CONSTITUCIONALIDADE DA COLABORAÇÃO PREMIADA	102
3.2.1	Lesão à titularidade do Ministério Público em relação à ação penal pública incondicionada.	102
3.2.2	Lesão ao princípio da obrigatoriedade da ação penal pública	105
3.2.3	Lesão ao devido processo legal substancial.	111
3.2.3.1	Lesão à garantia da ampla defesa e contraditório	113
3.2.3.2	Lesão ao direito de silêncio	117
3.2.3.3	A lesão ao tratamento isonômico entre os acusados.	122
3.2.3.4	A lesão ao princípio do juiz natural	129
3.3	ARGUMENTOS FAVORÁVEIS À CONSTITUCIONALIDADE DA COLABORAÇÃO PREMIADA	131
3.3.1	A proporcionalidade e a individualização da pena	131
3.3.2	Emergências investigativas e os deveres estatais de proteção	137
3.3.3	O caráter preventivo das penas	144
3.4	OS NECESSÁRIOS AJUSTES NO INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA	146

3.4.1	Da impertinência de alguns critérios e da necessidade de regulamentação do procedimento relativo ao não oferecimento da denúncia	146
3.4.2	Da impossibilidade de o corréu colaborador ser ouvido como testemunha	148
3.4.3	Da possibilidade de se ter um juízo instrutório e um juízo decisório diferentes	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS		153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		159